



AS PRIMEIRAS-DAMAS NA POLÍTICA CEARENSE:

um estudo das décadas de 1970 à de 2010

Emanuella da Costa Lopes¹
Maria Cristina de Queiroz Nobre²
Fabíola Mota Falcão³
Sara Raquel Batista Lima⁴
Maiara Ferreira da Silva⁵

RESUMO:

O presente trabalho consiste em uma análise sobre a participação das primeiras-damas na política cearense, em especial no domínio da política local. A partir de dados coletados em pesquisa sobre clãs políticos familiares nesse Estado nas décadas de 1970 a 2010, nota-se uma ativa participação de primeiras-damas nas secretarias responsáveis pela assistência social, surgindo o questionamento sobre o alcance de tal política social tensionada pelo assistencialismo e seu direcionamento para o uso político eleitoral.

Palavras-chave: política, clãs eleitorais, primeiras-damas, assistência social.

ABSTRACT:

This paper is an analysis on the participation of the first ladies of Ceará in politics, especially in the field of local politics. From data collected in research on political clans relatives in that State in the decades from 1970 to 2010, there is an active participation of first ladies in departments responsible for social assistance, emerging questions about the scope of such a policy originated by social welfare and its focus on electoral political use.

Keywords: political clans, electoral, first ladies, welfare.

¹ Estudante de Graduação. Universidade Estadual do Ceará (UECE). Email: maanulopes@gmail.com

² Doutora. Universidade Estadual do Ceará (UECE). Email: cristinaqnobre@yahoo.com.br

³ Estudante de Graduação. Universidade Estadual do Ceará (UECE). Email: fabiolafalcao89@gmail.com

⁴ Estudante de Graduação. Universidade Estadual do Ceará (UECE).

⁵ Estudante de Graduação. Universidade Estadual do Ceará (UECE).



1. INTRODUÇÃO

Em uma análise geral da política cearense nas últimas décadas percebemos que novos elementos determinantes das relações sociais na esfera da política correlacionam-se com antigas práticas tradicionais. Estes, em seu conjunto, contribuem para a manutenção de certos setores das elites no domínio da política local. Por sua vez, com o controle do aparelho estatal, tais elites podem atender aos seus interesses diretos por meio da apropriação de recursos do fundo público, de políticas públicas e de outras estratégias que decorrem do domínio na política.

Essa ideia torna-se mais forte quando nos confrontamos com dados de pesquisa que estamos realizando sobre a política no Estado do Ceará. Nesta buscamos mapear e conhecer os clãs políticos familiares atuantes desde a década de 1970 até a de 2010. Utilizamos-nos dos dados eleitorais referentes aos cargos de prefeitos fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará e identificamos aqueles candidatos com o maior número de eleições ganhas e com representações familiares dentro da política municipal, incluindo os vereadores. Consideramos que os grupos com pelo menos 03 vitórias eleitorais e 02 lideranças constituem um clã político-familiar. No momento atual, já foi possível identificar a presença de 144 clãs nesse período histórico e estamos avançando na pesquisa bibliográfica que permitirá conhecer mais sobre suas principais lideranças e trajetórias políticas.

Como decorrência das informações já acumuladas foi possível perceber um significativo índice de primeiras-damas atuando de forma direta nas secretarias responsáveis pela política de assistência social, com forte poder de decisão sobre essas instâncias, seus programas e suas políticas. A partir de então, surgiu a necessidade de um estudo específico a respeito da atuação dessas personagens, sobretudo no sentido de resgatar a forma de atuarem através da tradicional prática da caridade e como isto se coaduna com as novas exigências institucionais e legais decorrentes da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.



Nosso pressuposto é de que o poder local exercido por clãs políticos familiares, e suas práticas com raízes na política tradicional, ganha mais um instrumento político: a influência nos processos eleitorais das esposas de candidatos devido a suas obras e trabalhos realizados no âmbito da política de assistência social. Nossa hipótese é de que essas ações estão dissociadas do caráter assistencial regulamentado pela LOAS e acabam sendo caracterizadas pelo assistencialismo. Assim, colocamos em questão o alcance de tais práticas e a eficiência das políticas direcionadas para o social em decorrência do seu direcionamento e seu uso político eleitoral.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 A força dos clãs políticos familiares do estado do Ceará

O Brasil é um país marcado pelo patrimonialismo desde suas origens coloniais e com persistência na política contemporânea. Isto se reflete em constantes trocas clientelistas a fim de que se viabilizem os interesses privados a partir da esfera do próprio Estado. Em termos de desenvolvimento econômico capitalista isto significou em atraso histórico, ficando o país durante séculos atrelado ao estatuto colonial e com uma economia marcada pelo produtivismo agrário vinculado aos interesses comerciais de Portugal. Contemporaneamente, permanecem a economia e a política voltadas para a realização de interesses privados imediatos em detrimento de projetos com caráter estruturantes e com condições de criar as bases para um desenvolvimento social e político com menor desigualdade de renda e de propriedade.

A prática patrimonialista determinou a base de um capitalismo de Estado em que a dinâmica de acumulação de capital está fortemente atrelada aos investimentos do fundo público e da criação de uma infraestrutura que viabilizem de forma legítima ou não os investimentos particulares. A relação entre o público e o privado continua a empregar os traços clientelistas do passado em que se realiza, de forma eficaz a exploração



sistemática dos cargos públicos para se concretizar os projetos particulares. Faoro aponta que “[...] os cargos conferiam nobreza e onde havia comércio, estabelecia-se um aparelho administrativo - ‘a administração segue a economia, organizando-a para proveito do rei, senhor e regente do tráfico’” (1999, p. 338).

A relação patrimonial na política não está restrita à relação entre ricos e pobres, como afirma José de Souza Martins: “[o] clientelismo político [é] uma relação de troca de favores políticos por benefícios econômicos, não importa em que escala” (1994, p. 29). No tempo presente, observamos que a influência política e pessoal de alguns representantes dos municípios interfere em resultados eleitorais, em decisões parlamentares que afetam de forma intrínseca às políticas sociais.

A partir da dinâmica política tensionada por instrumentos políticos tradicionais e novos, especificamente o primeiro-damismo, faz-se necessário apreendermos como as formas simbólicas atuam com as relações de poder. Tomamos Thompson (1995) com sua análise hermenêutica em profundidade para compreendermos a produção simbólica mediante suas relações de dominação, levando-se em consideração as ações executadas e tornadas rotineiras no cotidiano dos municípios, e que acabam por serem naturalizadas.

Realizamos uma análise sócio-histórica para que pudéssemos compreender as relações espaço-tempo e os campos de interação social, a fim de apreendermos como as simbologias são transmitidas e captadas pelos destinatários. Dessa forma, foi possível detectarmos em que eixo nomeado pelo referido autor a presente simbologia se encaixa. Ressaltamos tal importante análise crítica ao percebermos que as formas simbólicas produzidas são capazes de estabelecer e até mesmo sustentar relações de dominação. Para tal, tomaremos a atuação das primeiras-damas para análise.



2.2. O “damismo” no Ceará

No sentido de perceber como o caráter da influência pessoal se torna um forte instrumento de poder político, e tendo por base a pesquisa sobre os clãs políticos familiares do Estado do Ceará, realizamos um estudo documental para aprofundar o conhecimento a respeito de algumas famílias que exercem a prática do poder local. Durante a pesquisa foi constatado que um dos instrumentos utilizados para o fazer político é a utilização da simbologia feminina, com as primeiras-damas, para a conquista de votos. Isto ocorre também com a afirmação das ações políticas e a legitimação do poder político de seus maridos enquanto atuantes políticos.

De acordo com o site da Biblioteca Nacional das Primeiras-Damas dos Estados Unidos, o termo primeira-dama surgiu como indicativo de esposa de um governante. No Brasil, o “primeiro-damismo” aparece como uma função política em que a principal ação se dá no âmbito da assistência social para alguns governos (Cf. TORRES, 2002). Foi com a criação da Legião Brasileira Assistencial – LBA, em 1942, que se institucionalizou a figura das primeiras-damas, termo atribuído à esposa do Presidente Vargas: Darcy Vargas. No Ceará, a iniciativa começou com Brígida Pimentel, em 1942, porém o grande destaque foi Luiza Távora. Segundo Amaral (2007), as primeiras-damas tornaram-se, no século XX, fundamentais para a candidatura dos maridos. Perpassaram do plano representativo de “mulher do governante” para o plano de consolidação de poder, através da utilização de atitudes caritativas associadas à popularidade do marido.

A participação das primeiras-damas na criação de entidades filantrópicas, bem como o envolvimento com ações de caráter assistencialistas possuem como objetivo estabelecer uma visão de mundo de caráter pessoal, reafirmando a concepção de mulher-mãe e caridosa. Tais ações estão permeadas de signos, valores e tradições históricas e são, oportunamente, associadas ao caráter político do candidato. Caracteriza-se, dessa forma, a utilização da imagem feminina na política como uma estratégia de legitimação definida como universalizada e naturalizada no cotidiano, ao mesmo tempo em aparece



como representativa dos interesses de todos, quando na verdade defende interesses particulares.

A partir de levantamento inicial dos dados da política dos municípios do Ceará desde a década de 1970, realizamos uma breve análise da participação de primeiras-damas nas Secretarias de Assistência Social, Ação Social e outras congêneres. Como uma amostra dos resultados, é possível apresentar um breve histórico da trajetória de algumas primeiras-damas, ressaltando-se que se tratam de resultados parciais obtidos até a fase atual da pesquisa.

Destacamos, em primeiro lugar, **Luíza Távora**, uma mulher de destaque em sua época e tida como uma pessoa benevolente e dedicada às obras de caridade. Seu esposo Virgílio Távora iniciou suas atividades políticas como deputado federal, nos anos de 1950, 1954 e 1966. Atingiu o poder executivo, quando governou o estado cearense em 1963 e 1978. Em 1971, assumiu uma cadeira no senado, sendo reeleito em 1982.

No início da trajetória política de Virgílio Távora, Luíza compartilhou do espaço da política como grande articuladora, exercendo influência nas tomadas de decisão de seu marido, sendo a ela atribuída a escolha de Gonzaga Mota como o candidato ao governo do Ceará em 1982, em meio à crise que os “coronéis” vivenciavam. As obras sociais realizadas por ela surtiam grande efeito para captar votos e, ela mesma, foi candidata a vice-governadora em 1986, quando as antigas lideranças do Ceará foram substituídas no poder pela “Era Tasso” (OLIVER COSTILLA e NOBRE, 2012).

Luíza Távora foi presidenta da LBA e comandou a criação dos Centros Maternais Profissionalizantes – CEMAPROS. Ocupou ainda o cargo de vice-presidenta da Casa do Ceará em Brasília, cujo objetivo era apoiar cearenses que chegavam à capital em busca de emprego e formação profissional. Foi presidenta do Centro Administrativo de Ação Social, Presidenta e Fundadora da Fundação dos Serviços Sociais do Estado do Ceará – FUNSESCE em 1979, Presidenta do Conselho Superior do Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza – PROAFA em 1979 e Presidenta do Movimento de Promoção Social do Estado do Ceará em 1979.



Em segundo lugar, destacamos **Maria Dias Cavalcante**, que foi casada com José Vieira Filho, um dos clãs políticos identificados em Boa Viagem. Vieira Filho foi eleito vice-prefeito da cidade em 1963 e, depois, prefeito em 1967, função que veio a ocupar a partir de mais três mandatos eleitorais: 1972, 1982 e 2004. Ao renunciar o cargo de chefe executivo para assumir uma cadeira de deputado estadual, em 1973, deixou assumir em seu lugar o irmão, Francisco Vieira Carneiro, que ocupou o cargo de prefeito em 1996.

Maria Dias liderou a Associação das Primeiras Damas dos Municípios do Ceará – APDM-CE em 1987, e em seu município atuou como secretária de ação social. Em entrevista concedida ao programa Aprece na TV, afirmou que com a criação da APDM-CE a primeira-dama deixa de ser “acessório” do marido e passa a ser atuante no estado e no município constituindo um espaço de desenvolvimento social de realização pessoal e profissional. Maria Dias, afirma: “[...] O estado do Ceará ainda é um estado pobre e ainda tem espaço para muito assistencialismo, que não é uma coisa tão boa, mas é também um mal necessário, onde tem espaço para fazer o que é preciso ser feito”.

Silvana Maria Carneiro Fontenele, terceiro nome que registramos, foi primeira dama no governo de Evaldo Soares, ex-prefeito da cidade de Viçosa do Ceará nos anos 1997 e 2001. Na gestão de seu esposo, Silvana foi a responsável pela organização e estruturação das Secretarias Municipais de Ação Social, Saúde, Educação e Gabinete do Prefeito, trabalho este com início no primeiro mandato de seu esposo. Em 2012, candidatou-se para as eleições municipais, porém teve sua candidatura indeferida. A Justiça Eleitoral a considerou inelegível pelo fato de, nos últimos doze anos, seus parentes terem comandado a prefeitura da cidade, o que configura a perpetuação de uma mesma família no poder. Ela recorreu, mas desistiu da candidatura colocando em seu lugar o filho, Divaldo Carneiro Soares, que venceu a eleição para prefeito do município.

Os nomes destacados mostram a importância da figura da primeira-dama na política local e da própria instituição que as aglutina. Em 1987, foi fundado no Ceará, com a participação de 17 primeiras-damas, a Associação das Primeiras Damas dos Municípios



do Ceará, posteriormente designada de Associação para o Desenvolvimento dos Municípios do Ceará – APDMCE.

Após uma análise parcial do histórico da APDMCE, denotou-se a participação de esposas de prefeitos representantes de clãs políticos familiares de seus municípios, sendo critério para sua direção ser primeira-dama. Antes e após as suas gestões foi percebido participações em Secretarias de Ação Social e Assistência Social. Sobretudo durante os momentos que seus esposos exerciam os mandatos de prefeitos.

A partir de informações da APDMCE, verificamos que, de um total de 10 cargos de diretorias, foram identificadas 3 primeiras damas ligadas a clãs familiares de seus respectivos municípios. Como exemplo, a ex-primeira dama e ex deputada estadual Maria Dias no município de Boa Viagem. Na análise dos demais cargos de representatividade é possível perceber relações com outras famílias que possuem uma grande representação política nos municípios. Em balanço, podemos apontar que na APDMCE, das 11 presidentas: 3 já foram deputadas estaduais, 3 vereadoras, 1 senadora, 02 ex Secretárias Municipais da Saúde, 02 ex Gestoras do Fundo Municipal de Assistência Social, 01 ex Secretária de Ação Social, 01 ex Secretária da Indústria e Comércio, 01 ex Secretária de Cultura, 01 ex prefeita, 03 vice-prefeitas. Nesse balanço, encontram-se pessoas que exerceram mais de uma função no decorrer dos anos.

É relevante também termos identificado na diretoria do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social – COEGEMAS, no biênio 2011/2012, a presença de 4 primeiras-damas, sendo que dentre estas estavam 2 ex secretárias de Ação Social em um total de 3 mandatos, 1 vereadora com 2 mandatos. No biênio 2013/2014, encontramos 2 primeiras-damas, sendo 2 ex secretárias de Assistência Social, uma destas eleita 5 vezes vereadora e com 3 mandatos como secretária de Assistência Social.



3. CONCLUSÃO

Ainda que nossa pesquisa esteja em processo, é perceptível a relevância da discussão sobre o papel das primeiras-damas no poder local. Assim, com base em dados parciais, torna-se notável a força e representatividade que as primeiras damas conquistaram na política local, sobretudo como a participação na presidência da APDMCE. É preciso repensar nos efeitos dessa atual prática, tendo em vista que as instituições são capazes de reafirmar novas regras através de formas simbólicas.

De modo geral, os dados expõem o uso da influência pessoal como ferramenta para ascensão política ou mesmo contribuem para a permanência de traços tradicionais na política atual a partir do culto ao personalismo envolvido nos processos eleitorais e que, neste estudo, aponta o significado de ser “mulher do prefeito” e os atributos que lhe estão relacionados. Caso seja levada em consideração a história das instituições que estão nos servindo de base para a presente pesquisa, podemos pressupor a continuidade ou o aumento da participação de primeiras-damas em órgãos de caráter assistencialistas, descaracterizando a política de assistência social e a própria conquista desta política como direito da população e dever do Estado, bem como a profissionalização que foi previsto para dar seu suporte no âmbito do SUAS.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Maria F. Daltro. **Luíza Távora, uma legenda**. Fortaleza/ABC. Fortaleza, 2000.

DA SILVA, Maria Andréa Luz. **Produção Simbólica e Política Industrial. Análise do discurso do governo das mudanças**. Fortaleza: EDMETA, 2011.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. rev. São Paulo: Editora Globo, 2001.

MEDEIROS, Moísa Siberia Silva de. **Primeiro-damismo no Ceará: Luíza Távora na gestão do social**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Ceará. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Fortaleza, 2012.



OLIVER COSTILLA, Lúcio F. e NOBRE, M. Cristina de Q. **Dominação e hegemonia burguesa na transnacionalização do capital: o Ceará na “Era Tasso” (1987/2002).**

TORRES, Iraíldes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e de poder.** São Paulo: Cortez, 2002.